

ram os velhos institucionalistas, as instituições não são apenas condicionadoras do comportamento humano, mas também o *constituem*. Estas observações parecem apoiar todos aqueles que enfatizam a oportunidade de estabelecer uma ponte entre o velho e novo institucionalismo, apesar das dificuldades metodológicas que a tarefa acarreta. Talvez seja agora o momento certo para o fazer.

Vasco Almeida

Instituto Superior Miguel Torga

António Manuel da Fonseca. 2005. *Desenvolvimento Humano e Envelhecimento*. Lisboa: Climepsi Editores. 242 pp. ISBN: 972-796-156-8.

António Manuel Fonseca apresenta uma visão compreensiva do processo de envelhecimento. O autor expõe modelos teóricos e quadros conceptuais, sobre o desenvolvimento humano que interpreta com distância e rigor científico, assumindo, como linha de produção teórica, 'a preocupação em 'contextualizar' a adaptação psicológica face ao processo de envelhecimento' (p.122; *aspas originais*).

No contexto sócio-histórico em que vivemos, ou seja, a era do envelhecimento, obras que nos auxiliem a compreender o desenvolvimento humano – algo que admitimos processar-se de forma não linear e complexa, mas que pode ser, apesar de tudo, conceptualizado em modelos compreensivos – são muito bem-vindas para a comunidade científica que trabalha e/ou investiga as *velhices*.

O livro está dividido em duas partes. A primeira trata do conceito de desenvolvimento humano, enquanto a segunda parte é dedicada à apresentação interpretativa do conjunto de princípios e mecanismos implicados na adaptação ao envelhecimento. O autor inicia este percurso analítico, abordando a terminologia 'desenvolvimento humano' que integra, nos nossos dias, diferentes concepções herdadas do século XX. Actualmente, são múltiplas as dimensões analíticas para descodificar a diversidade no processo de envelhecimento e a produção científica saliente o papel activo do indivíduo na constru-

ção do seu próprio desenvolvimento. Neste ponto, é consensual a tese de que são múltiplos os caminhos no desenvolvimento; caminhos esses que se acentuam, progressivamente, com o avançar da idade. E é precisamente na variabilidade *interindividual* e na variabilidade *intraindividual*, acentuadas pela passagem do tempo, que reside uma das dificuldades fundamentais na validade dos resultados, quando se investiga o desenvolvimento humano, na idade adulta e na velhice. O controlo das variáveis é disso exemplo. Desta forma, imputar à passagem do tempo as diferenças encontradas pode ser equívoco, quando se omitem as circunstâncias históricas em que se nasce e se vive. Neste sentido, segundo António Manuel da Fonseca, a 'abordagem desenvolvimental dinâmica exige um grande rigor no modo como se define o papel da idade cronológica, pelo que o interesse último dos investigadores não será tanto a passagem do tempo, mas sobretudo as mudanças desenvolvimentais e de comportamento que emergem ao longo do tempo' (p.29)

Neste sentido, Fonseca prossegue dedicando-se à sinalização e distinção de três paradigmas do desenvolvimento: o mecanicismo, o organicismo e o contextualismo. Assim, para o paradigma mecanicista (baseado na metáfora da máquina) o desenvolvimento 'é uma questão de constância ou de alteração essencialmente quantitativa, com os elementos a serem acrescentados ou retirados do reportório comportamental do indivíduo de acordo com as leis do condicionamento e da aprendizagem' (p.39). Apesar da existência na comunidade científica de adeptos da concepção que o desenvolvimento se baseia, tal como protagoniza o *mecanicismo*, no somatório das múltiplas relações de causa-efeito, os que se distanciam deste paradigma, no entanto, criticam o papel passivo atribuído, pelo mecanicismo, aos indivíduos, perante as influências externas, assim como a omissão da influência das 'variáveis de socialização' no desenvolvimento humano.

Acerca do paradigma que se segue, o organicismo – derivado da metáfora do organismo vivo biológico – o autor afirma que, em todas as perspectivas científicas acerca do desenvolvimento humano, 'se privilegia o estudo dos processos sobre os produtos e as mudanças qualitativas sobre as quantitativas' (p.43). O desenvolvimento é, intrinseca-

mente, o resultado de um esquema interno de maturação, ao longo do tempo. De entre as teorias constituídas, a partir do organicismo, Fonseca destaca a teoria psicossocial do desenvolvimento de Erikson (1963), o modelo de desenvolvimento helicoidal de Kegan (1982) e a teoria de desenvolvimento do homem adulto, inspirada na semelhança de padrões de vida de Levinson (1986), pela relevância que estes autores atribuíram ao desenvolvimento humano na idade adulta. No seu conjunto, estas explicações apresentam um denominador comum, designadamente, uma compreensão do desenvolvimento em termos de estádios, que sofrem modificações conforme a idade dos indivíduos. A ênfase atribuída à idade cronológica é, segundo os críticos, o calcanhar de Aquiles da quase totalidade das teorias ancoradas no organicismo.

Destes dois paradigmas resultam duas grandes oposições desenvolvimentais, ou dois pontos extremos de um contínuo. No mecanicismo, o desenvolvimento é observado como o resultado do impacto sobre o indivíduo das influências externas, ambientais, enquanto que, no organicismo, o desenvolvimento é abordado como o resultado de um esquema interno de maturação que se processa ao longo do tempo.

Por sua vez, o paradigma contextualista, promove uma dialéctica entre os factores ambientais e os factores inerentes ao organismo, interagindo na construção do desenvolvimento. A visão contextualista defende a convicção de que todo o indivíduo se desenvolve independentemente de ser novo ou velho, e que os processos e as funções desse desenvolvimento serão tanto melhor compreendidos quanto mais se optar por orientações conceptuais e empíricas que incorporem 'noções como interacção pessoa-contexto, continuidade, mudança, plasticidade reportadas sempre a todo o ciclo de vida e não apenas a segmentos dele' (p.57). A *adequação activa* revelada pelo paradigma contextualista ao estudo científico do desenvolvimento possibilitou a emergência, nomeadamente: da abordagem ecológica do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner 1979, 1989, 1999), do *contextualismo desenvolvimental* (Featherman e Lerner 1985; Lerner 1984, 1996), da teoria da acção e do controlo pessoal sobre o desenvolvimento (Brandstadter 1984, 1998), do interacçãoismo (Magnusson 1988, 1996) e da psi-

cológia desenvolvimental do ciclo de vida (Baltes 1979, 1987, 1997).

Estas perspectivas do paradigma contextualista expandem a compreensão do significado do desenvolvimento humano, o entanto, estas abordagens não estão, segundo Fonseca, isentas de críticas, porque ao enfatizarem a importância do *contexto*, perdem 'de vista a capacidade criadora e transformadora intrínseca ao ser humano, minimizando o respectivo papel no acto de se desenvolver e de, ao fazê-lo modificar positivamente o que o rodeia' (p.75). Neste sentido, é na procura contínua de um modelo compreensivo do desenvolvimento humano, onde os factores individuais estejam sapientemente acutelados, que se salienta a abordagem holística-interaccionista proposta por Magnusson (1988, 1990, 1996). Este modelo implica quatro características fundamentais, no que se refere aos processos de desenvolvimento individual. Designadamente, a *natureza holística-interaccionista* dos processos de desenvolvimento; o *processo de adaptação* inerente ao desenvolvimento humano; a *mudança desenvolvimental*, como agente de transformação, e a *natureza sincronizada e coordenada* dos elementos envolvidos nos processos de desenvolvimento. Este tipo de abordagem resgata questões conceituais e teóricas referentes ao papel desempenhado por cada ser humano, no respectivo desenvolvimento, assumindo uma visão holística centrada na pessoa, não esquecendo, por outro lado, a dimensão interactiva e contextual presente nos processos de desenvolvimento.

A primeira parte do livro termina com a apresentação, anunciada, de um modelo desenvolvimental do ciclo de vida. Na sequência de investigações recentes e beneficiando da transdisciplinarietà, a representação purista e parcial do desenvolvimento perde influência, dando lugar ao surgimento da Psicologia do Ciclo de Vida referida pelos proponentes iniciais (Baltes 1979; Baltes, Reese e Lipsi 1980) como um 'modelo multidisciplinar de abordagem do desenvolvimento humano baseado numa ideia central: as mudanças patenteadas pelas pessoas ao longo das suas vidas podem ser conceptualizadas como mudanças desenvolvimentais' (p.81). No entanto, o que caracteriza o ciclo de vida é a aplicação coordenada de um conjunto de perspectivas que possibilitam encarar o desenvolvimento como um processo que tem lugar ao longo

da vida e fundado sobre dois grandes princípios: a multilinearidade e o multideterminismo do desenvolvimento psicológico. Neste sentido, Fonseca salienta que, na idade adulta e na velhice, ‘as muitas das mudanças aí verificadas (de ordem biológica, nomeadamente) são marcadas por declínio na força e na frequência de respostas comportamentais, a psicologia do ciclo de vida considera que o desenvolvimento no decurso na segunda metade também é marcado por progresso, aperfeiçoamento, acumulação e integração de conhecimentos do mundo, por uma compreensão mais aprofundada dos outros e pelo aumento de oportunidades de relacionamento interpes-soal’ (p.80).

O autor explora dez preposições directrizes que dão conta do que é a perspectiva desenvolvimental do ciclo de vida:

O desenvolvimento humano *é um processo que se estende ao longo da vida* (1) podendo ser apreciado em termos das *exigências e das oportunidades com que os indivíduos se defrontam à medida que a vida decorre* (2). Desta forma, é reconhecido no desenvolvimento humano a *expressão de princípios ontogénicos e evolutivos* (3) e a influência quer de *factores ligados à idade cronológica*, quer de *outros factores contextuais* (4). Nesta sequência, dependendo das condições de vida e das experiências de um indivíduo, o seu curso desenvolvimental pode tomar muitas formas. Esta capacidade do indivíduo caracteriza a *plasticidade* do desenvolvimento (5) e, simultaneamente, um *potencial de intervenção* no desenvolvimento psicológico (6). Durante o seu percurso de vida, o indivíduo experimenta muitas perdas, mas também muitos ganhos, sendo que o desenvolvimento deve ser definido como qualquer mudança na capacidade adaptativa do organismo, numa *alternância de ganhos e perdas* (7). Este processo resulta num processo adaptativo baseado em três mecanismos interactivos, designadamente, *selecção* (delineação de objectivos de acordo com os condicionamentos surgidos pelo envelhecimento); *optimização* (descrição dos esforços que as pessoas fazem para ampliar ou maximizar as suas reservas); e *compensação* (descrição dos esforços comportamentais para melhorar a funcionalidade, através aquisição de meios, palpáveis ou simbólicos, para alcançar os objectivos). Este processo é designado de *Modelo SOC* (8). Os indivíduos são, por outro lado, simultaneamente, *pro-*

dutores e produtos do seu próprio desenvolvimento (9). E, por último, *o estudo do desenvolvimento humano deve ser realizado numa perspectiva multidisciplinar* (10).

A segunda parte do livro, designada Envelhecimento e Adaptação, é dedicada à exposição dos processos de adaptação psicológica face ao envelhecimento. António Manuel Fonseca inicia este percurso, apresentando a teoria da actividade, de Kuhlen (1959), a teoria do desligamento, de Cumming e Henry (1961), e a teoria da continuidade, de Atchley (1976). Apesar das suas diferenças, cada uma destas explicações contribui, a seu modo, para acentuar a persuasão acerca da ocorrência de mudanças sistemáticas e observáveis, no decurso da segunda metade da vida humana. Nesta sequência, Fonseca aborda a teoria cognitiva do envelhecimento de Thomae (1976) e Rudinger e Thomae (1990), um modelo crítico que rejeita a perspectiva linear do envelhecimento. A assimilação dos contributos do conjunto destas perspectivas permitiu que os investigadores próximos da corrente de pensamento e de investigação designada por psicologia do ciclo de vida questionassem os modelos de desenvolvimento humano, baseados em concepções unidireccionais e unidimensionais. Esta visão, servindo-se de um modelo biopsicossocial, tem contribuído para alterar a imagem do envelhecimento e da velhice marcado unicamente pela perda ou pela experiência de perda. Com efeito, ao longo do nosso percurso de vida, vamos desenvolvendo as nossas capacidades de adaptação a novas situações e, ao mesmo tempo, promovendo novas capacidades de adaptação à perda de capacidades anteriores. O desenvolvimento consiste, portanto, segundo esta perspectiva, na ocorrência conjunta de ganhos e perdas, de modo que lidar com essas ocorrências de ganho e perda implica, intrinsecamente, uma adaptação criativa por parte dos indivíduos. O ângulo crítico desta leitura do desenvolvimento humano são a *variabilidade* interindividual, a *multidimensionalidade* do desenvolvimento psicológico e a *plasticidade*.

De seguida, o autor descreve a complexidade das relações entre acontecimentos de vida, stress e coping. Em particular, Fonseca apresenta uma proposta recente de ligação entre o conceito de desenvolvimento e um paradigma de stress e coping. Segundo António Manuel Fonseca, acerca de Wertlieb (2003),

‘no âmbito de um determinado tempo histórico e de um determinado contexto social, qualquer acontecimento de vida pode ser considerado quer em termos do seu potencial poder stressante e dos mecanismos de coping que desencadeia, quer em termos dos resultados que a exposição a tal acontecimento produz, promovendo ou condicionando o desenvolvimento psicológico’ (p.157). Por último, a teoria salutogénica, autorada por Antonovsky (1996), é apresentada como um corte com as perspectivas tradicionais do stress, na medida em que procura ‘mudar do olhar habitualmente centrado na patologia para um novo enfoque, centrado na adaptação saudável’ (p.157). A orientação salutogénica como fundamento para a promoção da saúde é, actualmente, o princípio condutor de muitas correntes de investigação que se recusam a considerar que a saúde deva ser preponderantemente compreendida e promovida em função de mera ausência de doença. Este tipo de criticismo é fundado na concepção de que a promoção de saúde constitui um processo de optimização do desenvolvimento pessoal, através da maximização dos factores protectores (recursos generalizados de resistência) que, apoiados num forte sentido de coerência, facilitam uma leitura responsável da realidade.

O autor avança, na sua linha de argumento, explorando a ênfase que Moos, Schlossberg e Rutter deram aos conceitos de transição e adaptação. Para estes autores, as mudanças desenvolvimentais ocorridas após a adolescência implicam, forçosamente, um movimento de adaptação, no sentido de uma modificação das condições de vida do indivíduo: ‘Todos os momentos da vida de um adulto ou de um idoso em que ocorrem mudanças podem, pois, suscitar ocasiões e experiências de “transição-adaptação” revestidas de um carácter desenvolvimental, isto é, susceptíveis de provocarem uma reestruturação ou reordenação de objectivos de vida, de resultarem numa modificação de concepções acerca do self e do mundo, de conduzirem a uma maior consciencialização de si mesmo e de provocarem uma maior abertura, quer ao seu próprio potencial de desenvolvimento quer aos outros’ (p.161). Apesar de ser consensual que a transição incorpora elementos de mudanças, parece, no entanto, que a capacidade de adaptação à mudança apresenta, por outro lado, uma grande variabilidade intra e interindividual.

‘A acção e o controlo pessoal sobre o desenvolvimento na idade adulta e velhice’ é o tema que António Manuel Fonseca desenvolve a seguir, acerca da teoria proposta por Brandtstadter e colaboradores. Segundo esta teoria, as pessoas esforçam-se no sentido de atingir determinados objectivos desenvolvimentais, de acordo com interesses, capacidades e competências pessoais e as circunstâncias ambientais. Consequentemente, as mudanças constituem um resultado da actividade dos indivíduos, procurando, através de mecanismos de acção e de controlo, contornar os constrangimentos pessoais e sociais.

No ponto seguinte, tratando da relação entre a psicologia desenvolvimental do ciclo de vida e a adaptação ao envelhecimento, o autor aborda o pensamento desenvolvimental de Neugarten, a partir de uma série de estudos iniciados na década de 1950 e apresentados na sua clássica monografia *Middle Age and Aging*. Nestes estudos, Neugarten e colaboradores descrevem o ciclo de vida com base em duas condições fundamentais: os acontecimentos que supõem uma transição para o indivíduo (como casar, ter filhos, reformar-se) e os papéis sociais assumidos pelo indivíduo, que implicam alterações no auto-conceito e na identidade. Recentemente, no âmbito da perspectiva desenvolvimental do ciclo de vida, vários investigadores, incorporando e integrando um conjunto sedimentado de teorias e sustentados por estudos longitudinais e seccionais, contribuíram para que Baltes e colaboradores sistematizassem um modelo psicológico de envelhecimento, baseado em três propriedades fundamentais: o *potencial de desenvolvimento*, a *capacidade adaptativa* e os seus *limites* (Baltes 1993, 1997, 1999; Baltes e Baltes 1990);

A partir destes três vectores, é possível definir sete proposições essenciais no processo de envelhecimento. As premissas deste processo são a heterogeneidade do processo de envelhecimento e a existência de capacidades de reserva, que podem ser utilizadas perante o declínio de determinadas competências. Na verdade, Baltes e Baltes (1990) consideram que existem limites impostos pela idade para a adaptação e plasticidade comportamental, resultando num aumento progressivo das perdas e uma conseqüente diminuição dos ganhos. No entanto, esta não é uma relação linear, porque a recuperação de conhecimentos prévi-

os e a utilização de tecnologias e recursos externos podem minimizar o impacto do processo de envelhecimento sobre o sujeito.

Depois de apresentar, criticamente, este vasto e iluminante panorama teórico, António Manuel Fonseca termina o livro sintetizando os riscos, as oportunidades e os desafios adaptativos do envelhecimento. A visão positiva do envelhecimento e da velhice transmitida ao longo do livro, apresentando um conjunto de princípios e mecanismos implicados na adaptação individual ao processo de envelhecimento, substitui-se a uma visão muito pragmática do envelhecimento, o da 'capacidade de aceitar' (p.232). Neste sentido, ao longo do processo de envelhecimento, apesar da variabilidade inter- e intra-individual, é normal e esperado que existam perdas e também ganhos. É também normal que o declínio possa suceder em determinadas áreas (declínio de recursos biológicos, em particular), mas que, noutras áreas, se registre um crescimento (através do recurso a contextos sociais e culturais compensadores). Assim, a adaptação bem-sucedida às mudanças decorrentes do processo de envelhecimento dependerá não apenas 'do controlo que a pessoa exerce sobre a sua vida e sobre o seu desenvolvimento, mas também da sua capacidade para aceitar o que é inalterável e para se ajustar às circunstâncias que já não terá oportunidade de alterar' (p.232).

Fernanda Daniel

Instituto Superior Miguel Torga

Salomé Marivoet. 2006. Euro 2004: Um Evento Global em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte. 143 pp. ISBN: 972-24-1456-9

No final da década de 1980, surgiram os primeiros estudos, no domínio das ciências sociais, procurando compreender o significado social dos grandes eventos desportivos, no quadro de globalização. Nos últimos anos, este debate tem-se intensificado, permitindo uma maior compreensão crítica da plenitude deste fenómeno.

Após vários estudos publicados sobre os hábitos desportivos da população portuguesa e sobre a violência e ética no desporto, Salomé Marivoet, na presente obra, desenvolve uma abordagem sobre os grandes even-

tos de futebol nas sociedades contemporâneas e 'o seu impacto ao nível dos envolvimento produzidos em torno da afirmação de identidades nacionais ou culturalmente diferenciadas' (p.11). Tendo como estudo de caso um grande acontecimento desportivo, o Euro 2004, que teve lugar em Portugal, o livro começa com uma análise das interacções produzidas entre as dimensões política, ideológica, ética, desportiva, mediática e expressão de identidades. Na realidade, as diferentes formas de afirmação de identidade que se têm vindo a manifestar no contexto dos campeonatos europeus e mundiais de futebol, caracterizam-se por uma forte mobilização das populações em torno das suas equipas e por manifestações de exultação patriótica. A autora enfatiza que, para compreender as razões que estão na origem de um tão forte investimento por parte do estado português, na promoção e financiamento do Euro 2004, é fundamental compreender os interesses políticos e ideológicos que marcam, inerentemente, as práticas e discursos do futebol. Para além dos investimentos estatais, encontra-se, igualmente, o papel determinante dos media que, para além de estimularem fortemente o público a uma adesão em torno da selecção nacional, como uma *missão nacional*, promoveram Portugal como uma 'marca no mercado global'.

Neste sentido, a autora explora a capacidade transformativa que o futebol parece ser capaz de gerar, em termos de afirmação de novos valores. Socorrendo-se da abordagem de investigadores franceses, a propósito da idolatrização do jogador da selecção francesa de origem argelina, Zinedine Zidane, no âmbito do campeonato mundial de 1998 decorrido em França, Salomé Marivoet coloca em evidência as potencialidades do próprio futebol como veículo transmissor de novos valores e condutas, nomeadamente, no que respeita às questões de integração das minorias étnicas. No entanto, uma possível leitura, acerca desta força sócio-cultural do desporto moderno é a que, à semelhança do Carnaval – período no qual as normas vigentes parecem sofrer uma 'quebra' – as semanas em que decorre este tipo de eventos são caracterizadas por momentos de comunhão e de fraternidade entre todos, onde as diferenças culturais, económicas e sociais são 'abolidas'. Essa *comunidade imaginada* parece efémera, todavia, na medida em que, terminadas as competições, é como se 'tudo